

Comité Económico e Social Europeu

Relatório de Atividades da representação da UGT - ano de 2017

A representação da UGT no Comité Económico e Social Europeu, em 2017, foi assegurada pelo Secretário-Geral, Carlos Silva, e pelo Vice-Presidente, João Dias da Silva.

Durante o ano de 2017, ambos integraram a secção especializada SOC - Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania. O primeiro integrou ainda a secção especializada ECO - União Económica e Monetária e Coesão Económica e o segundo transitou este ano desta mesma secção para a secção REX - Relações Internacionais.

O representante João Dias da Silva integrou os Grupos de Estudo respeitantes à elaboração dos Pareceres SOC/546, SOC/550 e SOC/563.

O primeiro destes grupos permitiu uma apreciação das propostas da Comissão Europeia ao Parlamento, ao Conselho, ao comité económico e social e ao comité das regiões sobre uma nova estratégia em matéria de competências para a Europa - trabalhar em conjunto para reforçar o capital humano e melhorar a empregabilidade e a competitividade, da proposta de recomendação do Conselho Europeu sobre o estabelecimento de uma garantia de competências e finalmente da proposta de recomendação do Conselho Europeu sobre o Quadro Europeu das Certificações para a Aprendizagem ao Longo.

O segundo teve por objetivo apreciar as alterações propostas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Europeu para os regulamentos do Eurofound, do Cedefop e da EU-Osha.

O terceiro visou preparar um parecer de iniciativa sobre o financiamento das organizações da sociedade civil.

Os três pareceres foram aprovados em plenário ao longo do ano.

Ambos os representantes participaram em três das quatro reuniões extraordinárias do Grupo dos Trabalhadores, realizadas em Bruxelas em 15 de fevereiro, em Malta, em 12 de maio, em Tallinn, em 6 de outubro. Não participam na reunião extraordinária de 12 de dezembro, em Bruxelas, por terem saídos anulados nessa altura os voos, por encerramento do aeroporto local.

A agenda deste ano de trabalhos integrou a natural diversidade de temas que são tratados no âmbito deste comité.

Foram temas mais debatidos, particularmente nas secções em que ambos participam, quer nas sessões plenárias:

1. Mobilidade justa para trabalhadores / cidadãos - Condições justas para a migração

O CESE organizou missões para visitar campos de refugiados, ONGs e administrações locais, tendo sido organizadas 12 missões (11 na UE e 1 na Turquia) para acompanhar a situação dos imigrantes e refugiados e a sua inclusão na sociedade europeia, com reconhecimento de todos os direitos que lhes devem ser assegurados, para além das ações que devem ser desenvolvidas junto dos seus países de origem, para se evitar que estes movimentos continuem a justificar-se. Constatou-se-se que o trabalho precisa de mais coerência e visibilidade, sendo necessário um debate aprofundado e aberto sobre os aspetos políticos.

2. Forte dimensão social e boa regulamentação para o progresso social

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi proclamado no dia 17 de novembro na Cimeira Social de Gotemburgo, tendo esta questão sido tratada como uma grande prioridade para o CESE, apesar da resistência inicial de alguns membros do Comité. Foram adotados dois pareceres do CESE que demonstram um amplo apoio à Europa Social. Foram organizadas missões nos 28 Estados-Membros, entre os quais Portugal, numa sessão que decorreu na sede do CES, em Lisboa. Entende-se que o Pilar, em si mesmo, é um primeiro passo para que os Estados Membros reencontrem publicamente seu compromisso com uma Europa do progresso social.

3. Uma União Económica e Monetária (UEM) que funciona para as pessoas

Foi sistematicamente debatida e construída uma avaliação comum sobre a UEM, embora os pareceres produzidos não sejam suficientes em si mesmos, considerando que a união económica e monetária também precisa de dimensão política.

A questão da distribuição justa da riqueza foi uma questão fundamental e foram produzidos pareceres sobre esse assunto, especialmente com as crescentes desigualdades e divergências. Discutiram-se também políticas fiscais sólidas e eficientes para prevenir a evasão fiscal.

4. A transição para a era da digitalização

O futuro do trabalho, em particular relacionado com os efeitos da digitalização e robotização no mercado de trabalho e a destruição e criação de novos empregos foi o centro de muitas discussões, particularmente sobre os efeitos da digitalização nas indústrias de serviços e

no emprego e a natureza variável das relações de trabalho e seu impacto na manutenção de um salário digno.

5. Estratégia para a democracia forte na Europa

O CESE debateu muitas vezes o novo panorama político, na Europa e em outras partes do mundo, nomeadamente o Brexit - a decisão em referendo no Reino Unido que determinou o início do processo de saída deste país da União Europeia -, na sua sequência cronológica, desde a campanha até ao referendo e a partir daí as condições em que essa saída se vai processar, com a preocupação essencial de evitar prejuízos aos cidadãos europeus.

O Brexit, tendo sido uma surpresa, parece que reflete o atual mal-estar social e a desconfiança dos cidadãos com o quadro político e institucional existente. Tivemos discussões sobre o eurocepticismo e o aumento do nacionalismo. O consenso geral foi o de que há um impacto e que precisamos de encontrar formas de abordar as preocupações.

6. Globalização justa e política comercial

O CESE orientou os seus debates, com o objetivo de tornar a política comercial mais acessível às pessoas. Foram organizadas discussões aprofundadas sobre a política comercial, focalizando especificamente o TTIP e o CETA.

7. Desafios que se levantam aos sistemas de educação e formação, ao nível de um novo quadro de competências que deve ser implementado

8. As mudanças climáticas e a concretização das conclusões da conferência de Paris sobre o clima.

Como habitualmente, nas sessões plenárias, estiveram muitos convidados, para debate com o comité, destacando-se as seguintes presenças: Marianne Thyssen, comissária europeia responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, e Maria João Rodrigues, deputada no Parlamento Europeu (janeiro), Carlos Moedas, comissário para a investigação (março), Maros Sefcovic, vice-presidente da Comissão Europeia, responsável pela União da Energia (abril), Emily O'Reilly, Provedora de Justiça Europeia e Tibor Navracsics, comissário europeu responsável pela Educação, Cultura, Multiculturalismo, Juventude e Desporto (maio), Michel Barnier, negociador-chefe das negociações com o Reino Unido sobre o artigo 50 do Tratado da União Europeia (julho),

Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia (setembro), Frans Timmermans, primeiro vice-presidente da Comissão Europeia, responsável pelo Programa Legislar Melhor, Relações Interinstitucionais, Estado de Direito e Carta dos Direitos Fundamentais (outubro).

Carlos Silva

João Dias da Silva